1. Apresentação

Um encontro aberto para reconhecer e debater coletivamente os desafios da Educação em Ribeirão Preto e ultrapassar o lugar comum da desesperança ao consolidar caminhos e soluções de curto prazo para a situação do município. Essa foi a proposta do grupo Ribeirão Agora ao convidar todas e todos para seu primeiro evento, o **Ribeirão Agora Educação**, que ocorreu no dia 7 de março de 2020, das 14h às 17h no Memorial da Classe Operária – UGT, em Ribeirão Preto-SP (Rua José Bonifácio, 59, Centro).

Este documento relata os trabalhos e reúne os textos preparatórios do evento e as propostas extraídas dos debates realizados entre seus participantes (foram 172 pessoas inscritas no total) e se configura como um importante conjunto de ideias e apontamento de caminhos para a gestão pública e a sociedade ribeirão-pretanas.

1.1 O grupo Ribeirão Agora

O **Ribeirão Agora** é um grupo independente, político, progressista e suprapartidário da sociedade civil, que acompanha, debate e propõe soluções para uma Ribeirão Preto humanista, inclusiva e participativa. É um movimento que propõe a participação popular para intervir e ocupar espaços políticos de formação, de decisão e de ação, construindo coletivamente a cidade que a gente merece. Acesse: www.facebook.com/ribeiraoagora

1.1 Proposta Geral do Evento

O **Ribeirão Agora Educação** faz parte de uma série de eventos programados para ocorrerem antes das eleições municipais, com intuito de debater, propor soluções e construir participação social e política. Cultura, Meio ambiente, Saúde e Mobilidade urbana serão os próximos campos. Os resultados de cada encontro, como este, serão reunidos em um documento único, que por sua vez, será publicado e encaminhado para autoridades, imprensa e veiculado nas redes do grupo (www.facebook.com/ribeiraoagora). O intuito é que o conteúdo sensibilize a sociedade e a classe política, causando mudanças imediatas e impactando positivamente plataformas e planos de governo futuros, além de fomentar o exercício da cidadania.

1.2 Programação e estrutura do evento

14h Recepção e inscrições

14h30 Abertura/apresentação do grupo Ribeirão Agora

14h40 Conferência de Abertura: “Os pilares da escola pública de qualidade para todos.”

15h Rodas de Conversa – Três rodas temáticas.

16h Partilha dos resultados das rodas

17h Fim dos trabalhos

Com formato próximo ao de uma conferência, o evento foi aberto pelo professor Dr. José Marcelino de Rezende Pinto (USP), que apresentou o que pesquisa e compreende ser “os pilares da educação pública e de qualidade para todos.” Na sequência, os participantes se reuniram em Rodas de Conversa sobre três temas específicos e que contaram com a participação de provocadores de ideias, mediadores, debatedores e relatores.

- (1) “Gestão educacional democrática (grêmios, conselhos e APMs)”, provocada por Leonardo Sacramento, mediada por Silvana Mussalim Guimarães e com relatoria de Inês Maria Silva Barros Mazer;
- (2) “Escola, religião e estado laico”, provocada por Marcelo Goulart, com mediação e relatoria de Professor Lages;
- (3) “A importância da implantação do Plano Municipal de Educação”, provocada por Adriana Gentil, mediada por Sebastião Oliveira Jr. e com relatoria de Maressa R. B. Rita.

(Estava prevista uma quarta roda com o tema: Gestão cívico-militar e a Escola sem partido, que seria provocada por Fabiana Barboza. Infelizmente, a provocadora sofreu um acidente doméstico horas antes do evento, inviabilizando sua participação; os interessados na temática se distribuíram pelas demais rodas.)

2. Textos de apoio

Os textos a seguir foram produzidos e publicados semanas antes do evento na página do Ribeirão Agora.

2.1 Reflexão geral – “Educação em movimento: possibilidades e limites” por Silvana Mussalim Guimarães.

A nova realidade social a ser parida também por nós educadores é mais do que uma espera do futuro; é um escavar no hoje de nossas práticas à procura daquilo que hoje pode ser feito. Esse hoje é uma das pontas do nó do futuro a ser desatado, fruto de situações que não se alteram por si mesmas nem se resolvem com um ‘ah! Se eu pudesse...’, ‘ah! No meu tempo...’. Nosso tempo, o dos educadores, é este hoje em que se encontra, em gestação, o amanhã. Não um qualquer, mas um amanhã intencional, planejado, provocado agora. Um amanhã sobre o qual não possuímos certezas, mas que sabemos possibilidades. (Mário Sergio Cortella).

Pensar sobre a Educação, ou mesmo falar sobre ela, tem sido uma constante na vida moderna. Em alguns momentos, destacamos os seus benefícios e vantagens. Em outros, suas dificuldades, contrastes e confrontos.

No entanto, acreditamos que refletir acerca da Educação evidencia a expectativa que temos em garantir tanto o acesso como a permanência de crianças, jovens e adultos em uma Escola de qualidade.

Esta Escola não está pronta e não pode ter um modelo único. O nosso desafio será construí-la, buscando as alternativas e possibilidades existentes, ao mesmo tempo em que superamos os desafios e as limitações que surgirem.

Esta Escola exige que a realidade do aluno seja considerada como ponto de partida para a sua transformação, mas também exige que a comunidade escolar acredite na possibilidade desta mudança.

Paulo Freire afirma que, apesar do homem ser ativo, empreendedor, histórico e ter uma vocação ontológica para ser sujeito de sua história, ele encontra em sua vida pessoal e social barreiras e obstáculos que precisam ser vencidos. Freire chama estas barreiras e obstáculos de situações-limites e considera que, a partir da percepção que se tem delas, várias ações e atitudes dos homens são definidas em relação ao mundo.

Conscientes ou não de seus condicionamentos e de sua liberdade, homens e mulheres têm várias atitudes diante dessas situações limites: ou as percebem como obstáculos que não podem ou não querem transpor, ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido e se empenham na sua superação.

Paulo Freire afirma também que em cada época histórica há um conjunto de ideias, concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios que se relacionam com o seu contrário, muitas vezes antagônico, e ambos os conjuntos indicam ações também contraditórias a serem realizadas. Frente a essa contradição, os homens tomam atitudes, também, contraditórias em relação às situações limites que, em última instância, representam as diferentes percepções possíveis desse universo temático da época.

Assim, este universo temático que representam o “espírito” de uma determinada época histórica, por um lado encontra-se envolvido pelas situações-limites e, por outro, envolvem-nas enquanto tarefas que elas implicam. Levantar esta temática é procurar o pensamento do homem sobre a realidade, é compreendê-lo e, ao mesmo tempo, compreender a realidade à qual se referem.

Uma realidade que deverá ser desvelada no Projeto Político Pedagógico, representando a possibilidade da Escola identificar e vencer suas barreiras e obstáculos, (re)definindo suas metas e ações em relação ao cotidiano escolar.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar o papel dos gestores: um educador progressista, cuja prática deve estar fundada na ética e no respeito à dignidade humana.

2.2 Roda 1: “Fomento e operacionalização da gestão educacional democrática” por Sebastião Oliveira Jr.

Se a democracia é “um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente, diretamente ou através de representantes eleitos, na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação através do sufrágio universal; se abrange as condições sociais, econômicas e culturais que permitem o exercício livre e igual da autodeterminação política e da cidadania” e se a Ciência Política trata do assunto, considerando o Estado e a Sociedade como substratos dos regimes políticos democráticos; e o Povo e a População, como agentes produtores e promotores da democracia, então a Escola emerge como principal meio para se conhecer a democracia, exercitá-la e promovê-la.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB regulamentou a Constituição Federal de 1988 e impôs ao Estado a obrigação de implementar a Gestão Democrática. Falar da democratização das relações escolares, é tratar das medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre os dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões da escola, com vistas à realização de suas finalidades.

Portanto, é possível considerar três grandes grupos de medidas a serem adotadas ou em adoção:

I – as relacionadas aos mecanismos coletivos de participação (Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe);

II – as relativas à escolha democrática dos gestores escolares;

III – as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem, por outras vias, o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares (TDCs, HTPCs, Conselhos Municipais de Educação – CMEs, Conselhos de Controle Social do Fundeb – CACS-Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar – CAEs etc.

Ribeirão Preto se livrou recentemente de um coronelismo explícito e vulgar na gestão do sistema de ensino municipal e ainda não possui seu Plano Municipal de Educação. A rede pública estadual, encontra-se sob gestão neoliberal, portanto, gestão bancária de viés mercadológico, desde a promulgação da Constituição Federal (1988) até agora. O desafio está posto!

2.3 Texto Roda 2: “Escola, Religião e Estado laico” por Professor Lages

Defende-se a necessidade de um Estado e de uma escola pública laicos, sem que se saiba exatamente o significado do termo “*laicidade*”. A grosso modo, pode-se entendê-lo como o princípio da autonomia das atividades humanas, a exigência de que tais atividades se desenvolvam segundo regras próprias, que não lhes sejam impostas de fora (*laos-laicus-laicité*). É um processo social estreito e estritamente relacionado à esfera política e se refere, em uma concepção mais específica, a um Estado sem vínculo com nenhum grupo religioso e de um espaço público neutro em matéria religiosa.

Jean Baubérot, o fundador da *sociologia da laicidade*, afirma que só se pode falar em laicidade, de uma forma bem geral, quando o poder político não é mais legitimado pelo sagrado e quando não há a dominação da religião sobre o Estado e a sociedade, implicando a autonomia do Estado, dos poderes e das instituições públicas em relação às autoridades religiosas e a dissociação da lei civil das normas religiosas. Laicidade não é algo que vá suprimir a liberdade religiosa, o pluralismo e a tolerância. A liberdade de crença é um dos fundamentos da democracia.

Muito mais que um conceito, é uma construção social e histórica da sociedade moderna ocidental com especificidades em cada país. Não se separar da afirmação da racionalidade ocidental na modernidade. Este mesmo processo determinou a progressiva marginalização de todos os saberes não reconhecidos no âmbito da razão ocidental totalizante, entre eles os saberes religiosos (*Boaventura de Souza Santos*). O Estado contemporâneo não deve se colocar contra a(s) religião(ões), mas adotar um papel mediador, flexível e inclusivo (*laicidade de inteligência – Daniele Hervieu-Làger/Regis Debret*).

2.4 Texto Roda 3: “PME e possibilidades de melhoras em um futuro breve” por Adriana Gentil

O Plano Municipal de Educação (PME) tem como objetivo atender às demandas educacionais da população de Ribeirão Preto, por meio da definição de um projeto político-institucional local que sirva de referência para a formulação e implementação de políticas públicas, de modo articulado e integrado à legislação das esferas estadual e nacional (PMERP, 2018). A partir do texto base do Plano Municipal de Educação – uma construção coletiva, elaborado em 2008 de forma democrática e retomado em 2015, buscaremos propor ações para a garantia da implementação do PME em nosso município. Para isso devemos considerar que:

- O PME é uma expressão do planejamento que guia a ação governamental e atende as escolas municipais e estaduais de Ribeirão Preto;
- Possuímos um PME que ainda não foi implementado, o que torna a tarefa árdua e urgente;
- O PME elaborado em 2008 e 2015, que respeitou as orientações técnicas do MEC e que contou com ampla participação da sociedade civil organizada, educadores, funcionários, técnicos, comunidade escolar, pais e alunos, foi ignorado pelos poderes executivo e legislativo local;
- PNE, PEE e PME são constituídos de princípios, objetivos, metas e estratégias que orientam as políticas que devem ser estabelecidas para atingi-los.
- Os planos devem possuir uma visão sistêmica, ser articulados e ter capilaridade em razão do sistema federativo e do regime de colaboração previsto na Constituição Federal de 1988;

Dessa forma, convocamos todas as pessoas interessadas no assunto a pensar e propor formas e ações que garantam um PME articulado com os interesses da sociedade civil organizada, expresso e legitimado no texto base do Plano Municipal de Educação - uma construção coletiva.

2.5 Texto Roda 4: “A proposta cívico-militar, a escola sem partido” por Fabiana Barboza (Roda cancelada).

Em Ribeirão Preto, atravessando o Conselho Municipal de educação, a prefeitura selecionou três escolas públicas da periferia (com alunos majoritariamente pobres e negros) para tentar implementar o programa federal de militarização. O critério utilizado, o IDEB, em nome de uma decisão supostamente técnica, mascara questões sócio econômicas e uma política policialesca e de controle da população pobre e negra da periferia. Portanto, uma proposta que se baseia e está encharcada de ideologia.

Seria na escola como um dos poucos espaços na vida da população negra em que não havia e política de Estado policalesco que, ao menos minimamente, deveriam ser respeitados os direitos dos jovens. Direitos, inclusive, ligados à capacidade de entendimento das questões políticas do país e de tomada de suas próprias decisões. Nesse sentido, é possível crer que esta política determine a exclusão e seja estruturada no racismo. O problema da qualidade na educação não será resolvido com polícia dentro da escola, já que a escola é o reflexo das desigualdades sociais que existem na sociedade. Portanto, nela haverá violência e pobreza se na sociedade houver violência e pobreza.

A militarização não investirá em estrutura física, tecnologia, recursos pedagógicos ou em melhores condições de formação e trabalho dos professores e outros técnicos. O único investimento é o pagamento dos salários dos militares que iriam gerir as escolas – vale lembrar que servirá para complementar o salário e a aposentadoria dos militares envolvidos. É um programa excludente, pois o acesso se dá por um funil, uma prova. Além disso, não respeita diferenças e amplia o risco de violência latente quando rechaça o envolvimento de famílias e comunidades na gestão democrática.

Colocar a polícia dentro da escola é criminalizar o jovem (em maioria pobre e negro) e eximir o estado de sua responsabilidade de oportunizar aos alunos recursos de desenvolvimento pessoal como bibliotecas, salas de informática, laboratórios, merenda de qualidade, acesso a teatro, cinema, arte, circo, esportes, música, museus e outros.

3. Relatórios das Rodas de Conversa

Cada roda de conversa contou com um(a) provocador(a) convidado(a), com um(a) mediador(a) integrante do grupo Ribeirão Agora e um(a) relator(a) escolhido(a) dentre os participantes da própria roda, que ficou livre para desenvolver o texto quanto ao formato e estilo, desde que respeitasse e congregasse as ideias apresentadas pelos participantes. No caso de ideias divergentes e sem consenso, se combinou fossem expressadas com igual peso e valor daquelas consensuadas.

3.1 Gestão educacional democrática (grêmios, conselhos e APMs)

Relatora: Inês Maria Silva Barros Mazer

No dia sete de maio de dois mil e vinte, reuniram-se na UGT um grupo de especialistas, professores e outros profissionais interessados, com fins a discutir sobre questões relacionadas à Educação.

Os participantes se dividiram, de acordo com linha de interesses previamente investigadas e se reuniram para discutir sobre o tema escolhido.

No caso do grupo de discussão aqui representado, os assuntos sobre “Gestão Democrática” foram iniciados pela fala do provocador Leonardo, o qual discorreu a respeito da importância deste tema para a Consolidação e aprofundamento da Democracia.

Explanou sobre a sociedade e as mudanças de estrutura ocorridas ao longo das décadas no Brasil. Fez colocações também a respeito das transformações ocorridas no cenário

internacional, mencionando a Aristocracia e os nortes da Revolução Francesa, bem como as discussões oriundas desta, que pairaram dentre outras coisas, sobre a igualdade e justiça social.

Explicou que o nosso país possui uma democracia jovem, restrita e republicana, o que denota pouca condição de vivenciarmos, na atualidade, uma evolução no sentido amplo do termo. Além disso, acrescentou ainda que a Constituinte trouxe, no seu cerne, questões relevantes sobre os nossos direitos. Entretanto, as políticas neoliberais abriram espaço para a mercantilização. Exemplificou essa colocação com o comentário a respeito da (in)adequabilidade distributiva dos impostos no Brasil. Ressaltou a precariedade na saúde e Educação desde os primórdios da história nacional. Em seguida, acrescentou que na década de oitenta, a Constituição Brasileira trouxe implicações importantes, como as participações populares, diretas ou indiretas e arrematou que, oriundos da Constituição, surgem os Conselhos.

Continuou suas colocações explicitando que a atual situação econômica do país aprofundou a desigualdade social e, mais do que isso, as políticas desenvolvidas têm desconstruído a relevante participação social há pouco conquistada. Dessa forma, observou que há um processo progressivo de silenciamento popular e aludiu sobre a necessidade de superação da falta de diálogo e participação de todos para efetivarmos nosso direito conferido pela Constituição Federal.

Após esse momento, foi aberta a discussão para que os demais participantes pudessem fazer suas colocações.

A primeira participação foi de um dos mediadores presentes no grupo, que aprofundou concepções de mundo, de criança, bem como de homem e mulher, enfatizando que essas concepções se mostram muitas vezes de forma antagônicas, que ficam subentendidas ou

desencontradas dentro da escola e da sociedade. Problematicou ainda sobre os caminhos para a conquista de uma educação cidadã e plena, dentro da democracia desejada.

A manifestação seguinte foi no sentido de ponderar quanto ao funcionamento da saúde antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Posteriormente, um outro manifestante, identificado como pai de aluno especial da rede pública municipal de ensino, fez suas colocações a respeito da importância da observação e atendimento adequado às necessidades múltiplas de dentro das unidades e das comunidades escolares e ponderou sobre a valorização imprescindível aos profissionais de educação. Relatou ter participado de uma reunião junto à Secretaria Municipal de Educação no fatídico dia em que foi anunciada a morte de uma criança dentro de uma escola municipal. Ele alega que percebeu falta de empatia e solidarização imediata ao conhecimento dos fatos, por parte dos representantes da Secretaria, na ocasião.

A próxima participação fez menção aos Conselhos e os diferenciou conceitualmente, esclarecendo suas especificações deliberativa e consultiva. Disse que os Conselhos deliberativos devem ser atuantes dentro das escolas e de outros segmentos sociais. Comentou sobre a (in)adequabilidade do Processo de escolha de diretores e a maneira como essa escolha tem se mantido, de certa forma, como indicação direta ou indireta da Secretaria da Educação. Pediu então a palavra outra participante, que reiterou a relevante participação de toda a comunidade escolar nos processos de reflexão e decisão dentro das unidades de ensino. Relatou sua luta a favor dessa participação ao longo dos anos em que exerce sua profissão e disse ter percebido grande retrocesso nesse sentido, com tentativas de silenciamento e desconsideração de órgãos participativos importantes, como o Conselho de Escola.

Outro membro questionou sobre o funcionamento atual dos Grêmios e Conselhos escolares e a necessidade de fortalecimento destes para consolidar a participação.

Ainda sobre a falta da presença ativa e atuante da comunidade escolar na tomada de decisões, foi comentado que as participações de pais e alunos são restringidas e manipuladas por alguns gestores, os quais impedem, em certos casos, que ocorram decisões coletivas reais, atendendo quase que exclusivamente, às solicitações da Secretaria Municipal de Educação. Em seguida a fala se deu sobre ouvir e valorizar as várias vozes dentro da escola, de forma a validar e efetivar essas participações. Nesse sentido, foi ressaltado sobre a autonomia do Conselho Escolar, o qual não pode estar subjugado à interesses de uma minoria ligada à determinações político-partidárias. Logo depois comentou-se sobre a paridade das participações e sugeriu-se que a escolha do diretor do Conselho Escolar não seja, necessariamente, o diretor da escola.

Em contígua narrativa, solicitou-se que o Provocador Leonardo discorresse sobre a sensação persistente de que temos vivenciado uma falsa democracia e sobre como lidar com os fatos adjacentes a essa questão.

Antes que o mencionado participante respondesse aos comentários, realizou-se, por parte de um dos mediadores, o convite a todos os presentes para o comparecimento à Câmara dos Vereadores, na segunda feira, dia nove de março, para efetivar sua participação e exercer sua cidadania.

Dito isso, foi a vez do provocador discorrer sobre os assuntos anteriormente comentados e concluir as discussões do dia. Fez pontuações a respeito dos conceitos de Estado e políticas governamentais. Ilustrou sua fala citando a crítica de Karl Marx ao programa de Gotha, ocasião em que Karl enfatiza a importância do poder nas mãos do povo e acrescentou ainda sobre a relevância dessa crítica, já que as políticas estatais seguem interesses de uma minoria mais favorecida da sociedade.

Continuou suas colocações dizendo que os governos, de forma geral, criam mecanismos de controle, influenciando as decisões de Conselhos com fins previamente determinados, ligados a interesses escusos e partidários. Em seguida expôs sobre o momento de autoritarismo atual onde o estado almeja efetivo controle e o aniquilamento da participação popular.

Resgatou os fatos históricos vivenciados na Educação entre os anos de dois mil e treze a dois mil e dezesseis e fez breve menção ao processo de escolha de diretores, referindo-se a este como mais um instrumento de controle, o qual consolida a vontade da Secretaria Educacional Municipal e dá a falsa sensação de participação da comunidade escolar.

Leonardo reiterou que nesse processo político-organizacional vivenciado desde dois mil e treze, os Conselhos também passaram por transformações, mas ainda não conquistaram a autonomia e/ou alcançaram a eficácia necessária para o efetivo funcionamento desses imprescindíveis órgãos para o fortalecimento e a consolidação da Democracia.

Encerrando as discussões, outro participante pediu a palavra e acrescentou que muitas vezes o professor não consegue se posicionar frente à Comunidade e expor integralmente suas necessidades, dificuldades e posicionamentos, o que é bastante confundido pela própria comunidade como uma postura conivente com a secretaria. Dessa forma, colocou-se sobre a importância do posicionamento e a participação ativa de todos.

Assim foram encerradas as discussões e deu-se continuidade ao próximo momento do evento.

3.2 Escola, religião e estado laico

Relatora: Tania Levada

1) Após a exposição do Dr. Marcelo Goulart, a primeira discussão foi sobre a “proibição” de festas juninas em unidade escolar por motivo religioso – a festa é cristã e presta homenagem a santos católicos.

Foi colocado que, muito além de festa cristã, as festas juninas constituem uma manifestação de tradição cultural e devem ser entendidas como tal. Para que se possa encontrar uma solução adequada, foi sugerido que, democraticamente falando, sejam feitas discussões com o apoio da gestão democrática da escola para que se chegue a um consenso sobre o assunto.

A partir dessa discussão, levantou-se a questão existente nas escolas da chamada auto censura.

Encaminhamento: foi sugerido que seja organizado um documento que fortaleça o empoderamento dos gestores, para que esses possam ter condições para se posicionar adequadamente diante de questões surgidas e que possam gerar conflitos.

2) Passou-se ao fato de o ensino religioso está contido na BNCC. A questão foi: como evitar o ensino confessional nas escolas? Como a religiosidade está entranhada na cultura brasileira (símbolos, orações, etc.), a questão seria: como construir de fato um estado laico dentro dessa religiosidade presente?

Proposta 1: organização de grupos de formação de professores e instituições sobre o verdadeiro sentido de estado laico, incluindo uma proposta de formação para as crianças para

que possam ser educadas para uma diversidade religiosa. É necessário ver o ensino religioso como formação de um cidadão integral.

Proposta 2: que seja feita uma normatização pelos Conselhos – Municipal e de escola- no sentido de orientar as condutas a serem adotadas sobre ensino religioso/estado laico

Proposta 3: que sejam organizados estudos e esclarecimentos sobre a BNCC e o Currículo paulista sobre objetivos, conteúdos e em especial as habilidades a serem adquiridas a partir do texto. Identificar que muito além do proselitismo, o que se pretende é a formação de um cidadão ético.

Proposta 4: realização de um seminário sobre o assunto, organizado pelo Conselho Municipal de Educação com o objetivo de discutir e elaborar proposta, metodologias e condutas sobre o assunto com participação ampla da sociedade.

Conclusão para encaminhamento:

- Fortalecimentos dos Conselhos de Escola enquanto órgão de gestão democrática;
- Contar com o apoio do Ministério Público nessas discussões para fortalecimento;
- Articular e fortalecer a rede estadual no que tange a gestores e professores com o oferecimento de formações mais adequadas e contínuas.

3.3 A importância da implantação do Plano Municipal de Educação – PME

Relatora: Maressa R. B. Rita

Dia sete de março de dois mil e vinte, Memorial da Classe Operária – União Geral dos Trabalhadores – UGT, centro de Ribeirão Preto-SP. Reuniram-se grupo de pessoas especialistas, mestres e doutores em educação, professoras, professores, ativistas pela educação, conselheiros municipais, pais de alunos, estudantes de graduação e pós graduação, cidadãos e profissionais interessados, com intuito colaborativo frente às urgentes e atrasadas demandas da educação no Município, sobretudo, com vistas a promoção de ações relacionadas ao Plano Municipal de Educação – PME e sua normatização/implementação.

Os participantes desta Roda de Conversa, se reuniram por afinidade temática considerando suas escolhas realizadas no ato da inscrição via web ou no dia do evento.

O mediador, Sebastião, iniciou agradecendo a presença de todas e todos e orientou como se daria a dinâmica do debate em que a provocação seria com base no texto anteriormente apresentado e a partir da fala da provocadora convidada professora Adriana Gentil, passando a falas dos integrantes da roda mediante inscrição prévia.

Foi lembrado pelo mediador sobre a necessidade de, ao final do debate, a roda apresentar um documento propositivo na grande roda, para que ações pudessem ser iniciadas a partir de então. Na sequência foi escolhida a relatora, Professora Maressa que passou ao trabalho que segue.

Inicialmente, a provocadora retoma em breves relatos que o PME é documento debatido desde de 2007, fato que rendeu trabalhos acadêmicos excelentes e de grande importância e relevância sociais. Disse que o documento deve ser aproveitado, uma vez que contempla um

grande acumulado de propostas amplamente debatidas com a sociedade. Na sequência, Adriana pede que o Sr. José E. Kaça, atual vice-presidente e ex-presidente do Conselho Municipal de Educação – CME, pai de aluno, ativista de longa data, participante assíduo desde o início dos debates, que apresente em breves relatos o contexto histórico até a atual conjuntura do PME.

Foi lembrado por Sebastião que o PME de 2015 foi considerado inviável em razão do impacto orçamentário apresentado pelo governo da época. Estudo de Impacto Orçamentário que foi considerado superestimado, uma vez que, entre outras coisas considerava contratação de Guardas Municipais e desconsiderava as receitas novas por cada novo aluno matriculado. Foi dito que as respostas do governo alegavam inviabilidade orçamentária e que essa sempre foi a argumentação utilizada. Por essa razão, chegou-se ao consenso da necessidade de rediscussão deste ponto relacionado ao eixo financiamento do PME, mas, com um documento de Estudo de Impacto Orçamentário transparente, honesto e exequível.

Dando sequência as inscrições, Sara disse necessário pensar formas objetivas para ocupar espaços e lugares de debate, deliberações e fiscalização das políticas públicas, sem temer pensamentos alheios que visam marginalizar estas ações alegando interesses políticos; medo ou receios que acabam abrindo os respectivos espaços para forças politiqueras. Sara levanta a questão de se ter um representante para buscar acesso a estes espaços.

Em seguida a Sra. Paula, representante do Instituto de Estudos Avançados – IEA da USP-RP propõe sobre a importância de retomar essa discussão com o povo ribeirão-pretano. Informa que o movimento representado por ela e Mozart Neves conseguiu muitas coisas com sem “bater de frente” com a Secretaria Municipal de Educação – SME, por meio do diálogo com o atual secretário municipal da pasta, pessoa com quem possuem ótimo relacionamento.

O Sr. Paulo, professor e conselheiro no Município de Serrana-SP, informa que o PME daquele município foi aprovado sem Estudo de Impacto Orçamentário, uma vez que sabiam que o Plano não seria executado. Disse que cada escola se responsabilizou por uma parte do PME local, e que o que se observou foi que muitas metas foram cumpridas sem que houvesse estudo ou conhecimento delas. Neste ponto, o mediador Sebastião pondera sobre haver diferentes instrumentos de gestão democrática já instituídos, como diferentes Conselhos de Políticas Públicas municipais e estaduais, Conselhos de Escola, Associações de Bairro, movimentos sociais etc, que possuem potencial para buscar as metas elencadas em Planos Municipais de Educação e outros e que o relato do colega de Serrana é um exemplo disso. O Sr. Paulo, por sua vez, finaliza reiterando e endossando a fala do Sr. Kaça e sugere a necessidade de focar em algumas metas do PME, para as próximas ações do movimento.

Dando sequencia a Sra. Sandra, acredita necessário ter, em primeiro lugar, o Estudo de Impacto Orçamentário do PME em mãos para buscar aliados. Todavia, que se busque aliados considerando critérios minimamente definidos, uma vez que há movimentos na educação que possuem muitos interesses questionáveis. Buscar canais de diálogo institucionais, como as Comissões de Educação nos legislativos municipal e estadual, por exemplo.

Precisamos pensar nos Sindicatos, ocupar estes espaços para que contribuam com a Política Pública educacional, seja propondo ações, dialogando com governos e o legislativo demais entidades de classe.

A provocadora retoma, sugerindo não abrir mão da forma como foi construído o PME de 2015, considerando ter sido construído da melhor maneira possível, com amplo e acumulado debate sobre as demandas educacionais. Faz importante crítica as alterações realizadas pelo documento de 2018 proposto pelo atual governo, inclusive lembrando que houve utilização, supostamente ilegal, dos nomes daqueles que participaram do documento de 2015 e não foram chamados ao debate no documento de 2018, documento com grandes alterações no

seu texto e no seu conteúdo; fato amplamente debatido e combatido pelos movimentos sociais, entidades e conselhos municipais na ocasião.

A provocadora, contudo, sugere: como definir estratégias para o momento? O PME que queremos é o de 2015? Buscaremos pressionar a promotoria, o Ministério Público.

E pondera uma questão importantíssima: Vale a pena essa luta pra essa gestão ou seria mais pertinente e eficaz estabelecer apoios a candidatos comprometidos com a questão, seja candidatos a prefeito e ou candidatos a vereador?

Para Sara, é muito importante que se lute para conquistar os espaços de deliberação das políticas públicas e que pra isso é urgente que se pense em candidaturas construídas a partir dos movimentos de educação, sem medos e melindres em relação a ocupação destes espaços. Fato que a Sra. Simone, participante da roda e coordenadora da OSC Pau Brasil e do Memorial da Classe Operária – UGT, concorda e sugere, haja um debate sobre essa questão já a partir deste movimento, que congrega importantes lideranças e potenciais candidatos.

O mediador, por sua vez, ponderou sobre candidaturas e mandatos coletivos em que haja um revezamento no exercício do mandato, em que as lideranças previamente acordadas, intercalem suas atuações entre a vereança, a assessoria da vereança e o ativismo nos movimentos ligados à educação, recebendo as eventuais remunerações inerentes às funções e criando, com elas, um fundo para manutenção do movimento. Sebastião propôs ainda, haja no pós evento, o diálogo com eventuais pré-candidatos ligados ao segmento para dialogar sobre a questão.

Em sua fala, na sequência, o Sr. Edi apresentou a experiência de Uberaba-MG em que, na ultima eleição municipal, foram criadas chapas para vereador somente com professores e ativistas da educação e, com isso, buscaram apoio de entidades e OSC's da área. O debate foi

muito bom e promoveu uma cultura de participação mais coletiva do segmento que está mais forte para o pleito deste ano.

Segundo a professora Felícia, além das ações já propostas é importante pressionar os Sindicatos, especialmente o dos Servidores Municipais que neste momento encontra-se em plena eleição para renovação da diretoria, para que apoie iniciativas ligadas aos segmentos que representa. Informa que compõe a Comissão Eleitoral e tem observado práticas discutíveis em relação ao pleito, razão pela qual, já há em andamento Ação Judicial que aguarda decisão da Juíza sobre a realização pleito. Diz ser importante aproveitar as mobilizações em relação as eleições sindicais para mobilizar e unir as que já estão engajadas e as instituições que representam para debater e alcançar a aprovação do PME em Ribeirão Preto, lembrando ser a cidade uma das últimas, no país, a não ter se Plano de Educação. Reforça que a direita não precisa se esforçar para se unir, o que é um grande desafio para os ativistas e militantes do campo progressista e da esquerda. Reitera a necessidade e urgência em se pressionar o governo para que haja uma maior participação das reuniões sobre o PME, incluindo as reuniões já em curso no âmbito da Comissão criada pela Secretaria Municipal de Educação – SME.

Na sequência, em sua fala, Mariana pondera pela necessidade urgente de material humano para resolver as demandas, considerando que a esquerda discute mais do que age. Informa estar cansada de análise de conjuntura, e faz um apelo para que se amplie o debate e se amplie as ações para além dos mesmos ativistas e militantes de sempre, buscando alcançar as comunidades escolares, pais de alunos etc. Reitera que é preciso de gente que coloque a mão na massa. Informa, também, que a Comissão da SME já apresentou o PME de 2015 para iniciar o debate em seu âmbito de atuação e que já está com agenda para ampliar as discussões sobre o Plano Municipal.

Adriana, por sua vez, acredita necessário estarmos em todos os eventos relacionados à educação, seja governamental, universitário ou dos movimentos sociais e entidades do terceiro setor, para pressionar e fomentar o debate acerca do PME. E, em relação às candidaturas, pensar e amadurecer essas novas formas de mandato, plurais, coletivas e solidárias.

Para Valéria acredita ser necessário sensibilizar as professoras e professores sobre esse seu papel político, iniciando pelo fomento de sua participação nos conselhos de escola e, para além destes espaços, pensar no papel dos educadores sociais, muito importantes no processo educativo para o exercício da cidadania, uma vez que acredita que a não participação se dá por falta motivação e conhecimento dos canais e espaços de ação.

Segundo Maressa, nessa perspectiva de candidaturas e mandatos coletivos, é importante levar este debate as comunidades escolares e às famílias; acreditando que estes canais de comunicação também se darão e, sobretudo, se concretizarão pelas bases da sociedade, com envolvimento massivo de pais e da comunidade. Fatos reiterados pela Valéria, com a observação sobre os horários de participação dos espaços para exercício da cidadania, o que precisa ser pensado considerando o horário de trabalho de pais e professores.

O Sr. João, do Memorial da Classe Operária – UGT e da OSC Pau Brasil, pondera por encaminhamentos mais práticos e exequíveis em curto prazo, sobretudo se considerarmos a proposta do grupo que visa ações de curto e médio prazos com foco no curto prazo, razão do nome do coletivo diga-se de passagem. Neste sentido, relata a exitosa experiência da ong Pau Brasil, na criação de um site, ou página na web em que se fomenta ações no âmbito da educação socioambiental com ações de fomento a ocupação de espaços como é a do Ribeirão Agora; Assim, sugere a criação de uma página na web, com posicionamento da comunidade, com ferramentas de participação online e fomento de ações, específicas para a educação e, em especial, específica quanto a temática Plano Municipal de Educação – PME.

Todavia, lembra da necessidade de engajamento social, político e financeiro para viabilizar as ações. Fato que é reiterado pela Sara e por Edi que observaram a necessidade de arrecadar recursos para as ações, seja via doações, prospecções via submissão de projetos ou por vaquinhas online.

Proposta 1: Não abrir mão do PME 2015, fomentando e participando dos debates e deliberações;

Proposta 2: Visibilidade ao PME 2015 por meio da criação de uma página na web (vide OSC Pau Brasil);

Proposta 3: Reaproximação e fortalecimento das relações entre instituições, entidades e grupos da Educação;

Proposta 4: Ocupar espaços institucionais através da construção de candidatura coletiva, observando a urgência de um mandato específico que represente e esteja comprometido com a Educação, através de novas lideranças;

Proposta 5: Fortalecimento das bases, através da formação e capacitação dos Conselhos de Escola (vínculo com a comunidade);

Proposta 6: Ações objetivas, direcionadas e urgentes de divulgação e alcance das demandas e das ações propostas.

Conclusão para encaminhamento:

A – Realizar encontros e debates pós evento com os integrantes da roda e outros;

B – Criar a página sobre o PME e prospectar ativistas e engajamento na web;

C – Debater com possíveis candidatos as propostas do grupo com vistas às possíveis candidaturas oriundas do segmento;

D – Apresentar petições aos órgãos competentes reivindicando a solução das demandas do segmento.

Assim, finalizamos e registramos nosso primeiro encontro. Ribeirão Preto, março de 2020.

RIBEIRÃO AGORA
A cidade que a gente merece